



O Conselho Executivo da CONFAP reuniu para analisar os Exames Nacionais.

Considerando as angústias dos alunos e professores a incompreensão de muitos e particularmente de professores sobre a conceção das provas e correspondentes critérios e as conseqüentes reclamações de muitas famílias, cuja pertinência se confirma nos resultados conseguidos, uma vez mais, a CONFAP insiste na necessidade urgente de dissociar estas provas do Acesso ao Ensino Superior.

Em nome da verdade, da justiça e da equidade que devem sustentar a decisão de futuro dos nossos jovens, a CONFAP continuará a sua luta pela alteração do paradigma de acesso ao ensino superior. Todos, e particularmente as famílias, somos convocados a reivindicar esta alteração para que as Escolas possam trabalhar sem o preconceito da nota no desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Definitivamente impõe-se acabar com a desilusão da maioria dos jovens que se esforçam durante 3 anos para depois, quase sem o poderem controlar, verem o seu esforço desprestigiado em apenas 2 horas, e tantas vezes injustiçado por tantos fatores externos à sua aprendizagem. Jovens que nos dizem **“tanto me esforcei durante 3 anos para ter uma média de 19 e agora em 2,5 horas reduzirem tudo a um 11”**. Será que a avaliação em 2,5 horas é mais justa do que a que foi feita ao longo de 3 anos?

Mas estes jovens, os bons alunos, aqueles que acreditam e têm expectativas na Escola, não desistem e sujeitam-se a um novo processo de injustiças (repetem os exames) na esperança que esta injustiça lhes seja agora mais favorável e possa efetivamente ter uma avaliação que faça jus ao seu esforço de anos.

À semelhança do que tem vindo a acontecer, ano após ano, também neste os resultados mostram-nos que alunos com boas e muito boas médias internas são constantemente prejudicados nas suas médias finais de acesso ao Ensino Superior, fruto de **exames elaborados à margem da realidade de grande parte das nossas Escolas Secundárias e com critérios de correção constantemente alterados.**

Mais do que procurar culpados, como se de um jogo de ténis se tratasse, importa que todos assumam as suas (inerentes) responsabilidades e se deixem de comentários como se só dos alunos dependessem estes resultados. Ministério da Educação, IAVE, Escolas... Os alunos também não estarão livres de responsabilidade nesta matéria, mas a verdade é que é difícil acreditar que alunos que trabalham o ano todo focados numa média (peculiarmente os de níveis de excelência), não se empenhem e esforcem para conseguir ótimos resultados, pelo contrário dedicam-se quase em



exclusivo a mais um esforço final. Haverá sempre exceções, mas não é com certeza essa a única justificação para as médias demasiado baixas que se obtêm nos exames e que devem envergonhar os principais responsáveis pelo sistema educativo. **Alguma coisa acontece, que se repete todos os anos e que estará para além do esforço e empenho dos alunos.**

Este ano, particularmente, a polémica à volta do exame de Matemática A provou que há dificuldade de resposta por parte dos jovens portugueses face a novas situações. As Escolas estão a trabalhar para Rankings e exames, formatando o ensino, pois o que importa são os resultados que poderão influenciar a média final de acesso ao ensino superior. Esta é a verdadeira preocupação dos jovens e respetivas famílias.

Também por isso decidiu o Conselho Executivo da CONFAP solicitar uma análise aos resultados comparando com os correspondentes níveis de classificação interna (suficiente, bom e muito bom) para permitir perceber de facto o que acontece com os alunos considerando o seu nível de aprendizagem. Analisar o nível de adequação ou não, e respetivo impacte da avaliação externa na classificação dos alunos de acordo com o seu nível de conhecimento atestado pelas Escolas ao longo de 3 anos.

Depois da controvérsia aquando da realização destes exames, os resultados agora publicados fazem jus a essas preocupações. Efetivamente, os principais exames (Português, Matemática A, Matemática B, História A, Economia A, Geometria Descritiva A) viram as suas médias baixar e as taxas de reprovação a subir, o mesmo acontecendo com os resultados dos alunos autopropostos.

Considerando o que os resultados nos demonstram todos os anos, com médias negativas ou muito baixas, é que nos recusamos a aceitar que seja este o nível de inteligência dos nossos jovens, considerando ainda as injustiças introduzidas no processo de avaliação pelos mais variados fatores, e as fortes consequências nas vidas dos nossos jovens, conclui o Conselho Executivo da CONFAP:

1. Que de imediato sejam implementadas medidas que permitam a todos sentirem o máximo de justiça possível na opção que possam fazer para a obtenção duma classificação final de acesso ao ensino superior;
2. **A situação que se vive e se repete todos os anos com a avaliação, exige de todos o compromisso para debater e alterar o paradigma de acesso ao ensino superior, sendo tempo do Ensino Superior assumir as suas responsabilidades na seleção dos seus alunos;**



CONFAP - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

Rua Carlos José Barreiros, n.º 16 Cave | 1000-088 LISBOA

T 218 471 978

www.confap.pt | geral@confap.pt

3. O Ensino Secundário pode ser uma referência para as Universidades, mas às Escolas do Ensino Básico e Secundário compete essencialmente a formação integral dos jovens, tal como se pretende com o Perfil do Aluno;
4. Este é o tempo das Escolas, Diretores e Professores reclamarem o que é mais justo e correto para todos, exigirem a liberdade de trabalharem sem condicionalismos e a pressão que sofrem em razão das consequências dos resultados dos exames nacionais.
5. **É tempo de alunos e famílias, diretores e professores lutarem por esta alteração que só lhes traria benefícios e aliviaria stresses, preocupações e sofrimento. Esta sim será uma luta em prol das crianças, adolescentes e jovens e é também a luta pela qualidade das Escolas e pela excelência da Educação e do trabalho desenvolvido.**

Esta é a reivindicação que se impõe a todos!

Lisboa, 14 de Julho de 2018

O CE da CONFAP

“Por uma EDUCAÇÃO presente com FUTURO”

Pessoa coletiva de utilidade pública - D.R. n.º 46, 11 série, de 24 de Fevereiro de 1987 | NIF 501 229 868